



## *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996*

*AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000*

*Fone: 3643 -1014*

*CNPJ: 04.216.132/0001-06*

### **DECRETO nº768, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO DA UNIDADE  
DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE  
BOA VISTA DO CADEADO/RS.

#### **CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** O presente Regimento Interno constitui o instrumento formal e normativo que ampara e legitima as competências, as atribuições e a integração das ações estratégicas e os recursos técnicos, administrativos, humanos, orçamentários e financeiros da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) do Município de Boa Vista do Cadeado/RS para a manutenção do Sistema de Controle Interno, normatizado e regulamentado pela Lei Municipal nº 810 de 08 novembro de 2016.

**Art. 2º.** A UCCI deve garantir que os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como do Poder Legislativo, atuem em estrita observância à legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, eficiência, eficácia, economicidade, razoabilidade e motivação dos atos administrativos e satisfação do interesse público.

**Parágrafo único.** Os responsáveis por compor o Sistema de Controle Interno deverão atuar em colaboração com Coordenadoria para a concretização das suas finalidades.

**Art. 3º.** À UCCI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos normativos sobre matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento aqueles que lhe estão subordinados no Sistema Municipal de Controle Interno, sob pena de responsabilidade nos termos do regime de trabalho a que se aplica.

**Art. 4º.** No exercício de sua competência, a UCCI terá irrestrito acesso a todas as fontes de informações disponíveis em órgãos e entidades controlados, inclusive às armazenadas em meio eletrônico, bem como àquelas que tratem de despesas de caráter pessoal ou sigiloso.

#### **CAPÍTULO II Da Organização**

**Art. 5º.** A UCCI terá seu funcionamento em local a ser determinado pelo Prefeito, podendo realizar as suas atividades junto aos setores do Município, quando necessária a sua atuação *in loco*.

**Art. 6º.** A UCCI terá reuniões:

**I** – ordinárias, semanalmente, em dias estabelecidos pelos integrantes da UCCI, no prédio da



# *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996*

*AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000*

*Fone: 3643 -1014*

*CNPJ: 04.216.132/0001-06*

Administração Pública Municipal;

**II** – extraordinárias, a se realizarem sempre que houver manifestação de algum de seus membros ou solicitada pelos diretores, secretários ou coordenadores de setores ao Coordenador da Unidade Central de Controle Interno, em dia, horário e local a serem previamente informados mediante aviso em forma de Memorando.

## **CAPÍTULO III** **Dos Instrumentos de Fiscalização do Controle Interno**

### **Seção I** **Dos Levantamentos**

**Art. 7º.** Levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado pela UCCI para:

**I** – conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e funcional, bem como do Poder Legislativo Municipal, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam vinculadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

**II** – identificar objetos e instrumentos de fiscalização; e

**III** – avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.

### **Seção II** **Das Auditorias Internas**

**Art. 08.** As funções da UCCI para a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e do orçamento do Município e para a avaliação da gestão dos administradores públicos municipais, pelos processos e resultados gerenciais, e aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, será realizada por meio de Auditorias Internas, classificadas nas seguintes modalidades:

**I** – Auditoria de Avaliação e Acompanhamento da Gestão: exame e avaliação, durante o exercício financeiro, com vistas a:

a) opinar sobre a regularidade das contas, certificando-a, quando for o caso;

b) verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes;

c) verificar a probidade na aplicação de dinheiro público e na guarda ou administração de valores e outros bens do Município ou sob sua administração, guarda ou gerência;

d) verificar e opinar sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Município;

e) acompanhamento dos atos administrativos, análise de seus efeitos, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo empecilhos ao desempenho da sua missão institucional.



## *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 3643 -1014

CNPJ: 04.216.132/0001-06

**II – Auditoria de Gestão Administrativa e de Pessoal:** visa a apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como o atendimento do parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; manifestando-se formalmente em especial quanto:

- a) à legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado;
- b) à legalidade dos atos administrativos derivados de pessoal.

**III – Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira:** compreende o exame dos registros e dos documentos e a coleta de informações sobre as receitas e aplicações dos recursos públicos, bem como sobre as despesas efetuadas pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças, em especial

**IV** quanto ao exame: local;

a) das receita e aplicações dos recursos públicos:

1. das transferências intergovernamentais;
2. do lançamento e da respectiva cobrança de todos os tributos da competência
3. da cobrança da dívida ativa e dos títulos executivos emitidos pelo Tribunal de

Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

4. das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

b) das despesas públicas:

1. da execução da folha de pagamento;
2. da manutenção da frota de veículos e equipamentos;
3. do controle e acompanhamento dos bens patrimoniais;
4. dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor;
5. dos limites dos gastos com pessoal e o seu respectivo acompanhamento;
6. das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
7. da gestão dos regimes próprios de previdência;
8. da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado.

**V – Auditoria Operacional:** consiste na avaliação dos métodos e processos operacionais realizados pelos órgãos e entidades públicas municipais, com a finalidade de avaliar se os recursos estão sendo usados eficientemente e se estão alcançando os objetivos traçados pelo governo, a eficácia de uma ação, a eficiência, economicidade e legalidade de uma gestão ou adequação de um programa.

**VI – Auditoria Especial:** procedimento para verificar fatos relevantes e/ou urgentes trazidos ao conhecimento da Unidade de Controle Interno e não passíveis de inclusão em futura auditoria,



## *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996*

*AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000*

*Fone: 3643 -1014*

*CNPJ: 04.216.132/0001-06*

bem como para apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de atos e fatos administrativos praticados por qualquer responsável ou administrador sujeito ao seu controle.

### **Seção III Das Instruções Normativas**

**Art. 09.** A UCCI, incumbida de coordenar as atividades de Controle Interno, promovendo a sua integração operacional, poderá editar, Instruções Normativas, as quais deverão ser aprovadas pelo Prefeito Municipal antes de aplicadas no Sistema Municipal.

**Art. 10.** As Instruções Normativas serão editadas com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem adotados por todos os órgãos do Sistema Municipal de Controle Interno, para padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho.

**Parágrafo único.** Os estudos preliminares à edição de Instruções Normativas deverão ser realizados, sempre que possível, em conjunto com os setores envolvidos na matéria regradada.

**Art. 11.** No caso de descumprimento de Instrução Normativa da UCCI, o agente público infrator será responsabilizado nos termos do regime de trabalho a que se lhe aplica.

### **Seção IV Das Orientações**

**Art. 12.** A UCCI poderá expedir orientações prévias à realização de atos administrativos, sempre que solicitado pelos servidores e demais unidades administrativas, cujo objetivo será auxiliar no esclarecimento e/ou aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de trabalho.

**Parágrafo único.** A UCCI, em cumprimento ao princípio de segregação de funções, não poderá emitir pareceres ou opiniões, de caráter vinculativo ou decisório, em processos e expedientes administrativos, em especial nas áreas técnicas específicas, como jurídica e contábil, que deverão ser atendidas pelos servidores que nelas atuam.

### **Seção V Dos Pedidos de Informações e Providências**

**Art. 13.** A UCCI poderá encaminhar pedido de informações e/ou providências para as autoridades administrativas competentes, indicando formalmente fatos sobre os quais devam informar ou, se constatada alguma irregularidade, o momento e a forma de adoção de providências destinadas a apurar os atos inquinados como ilegais, ilegítimos ou antieconômicos, que resultem ou não em prejuízo ao erário, ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, constatados no curso da fiscalização interna.

**Art. 14.** As autoridades administrativas terão o prazo, que será estabelecido pela UCCI para cada caso, que geralmente se concentra entre 10 (dez) a 30 (trinta) dias, para prestarem as informações requeridas pela UCCI ou adotarem as providências indicadas ou, em havendo discordância, apresentar as justificativas formalmente motivadas do seu descumprimento.



## *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996*

*AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000*

*Fone: 3643 -1014*

*CNPJ:04.216.132/0001-06*

**Parágrafo único.** Nos casos de relevância ou urgência formalmente justificada pela UCCI, o prazo definido no *caput* poderá ser reduzido para 2 (dois) dias úteis.

### **Seção VI Das Inspeções**

**Art. 15.** Inspeção é o instrumento de fiscalização utilizado pela Unidade Central de Controle Interno para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição.

### **Seção VII Das Tomadas de Contas**

**Art. 16.** Diante da omissão no dever de prestar contas, da não-comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Município na forma prevista no termo de repasse, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

§ 1º Não providenciado o disposto no *caput*, a UCCI determinará a instauração de tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

§ 2º Esgotadas todas as medidas ao alcance da autoridade administrativa e do órgão do controle interno, visando à apuração dos fatos irregulares, à perfeita identificação dos responsáveis e ao ressarcimento do erário, a tomada de contas especial será encaminhada ao Prefeito, para julgamento, devidamente instruída com parecer da Procuradoria Municipal.

§ 3º Na ocorrência de perda, extravio ou outra irregularidade sem que se caracterize a má-fé de quem lhe deu causa, se o dano for imediatamente ressarcido, a autoridade administrativa competente deverá, em sua tomada ou prestação de contas ordinárias, comunicarem o fato à UCCI, ficando dispensada desde logo a instauração de tomada de contas especial.

**Art. 17.** Os processos de tomadas de contas especiais instauradas por determinação da autoridade superior ou da UCCI deverão conter os elementos especificados em ato normativo, sem prejuízo de outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não pelo dano verificado.

### **Seção VIII Das Denúncias**

**Art. 18.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Unidade Central de Controle Interno.

§ 1º A denúncia deverá ser feita sempre por escrito e encaminhada à UCCI mediante protocolo junto à Administração Pública Municipal ou por fac-símile ou e-mail.



## *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996*

*AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000*

*Fone: 3643 -1014*

*CNPJ:04.216.132/0001-06*

**§ 2º** A denúncia que preencha os requisitos de admissibilidade será apurada em caráter sigiloso, até que se comprove a sua procedência, e somente poderão ser arquivadas depois de efetuadas as diligências pertinentes, mediante despacho fundamentado da Unidade Central de Controle Interno.

**§ 3º** Reunidas às provas que indiquem a existência de irregularidade ou ilegalidade, serão públicos os demais atos do processo, assegurando-se aos acusados oportunidade de ampla defesa.

**Art. 19.** A denúncia deverá referir-se ao administrador ou ao responsável do órgão subordinado ao Sistema Municipal de Controle Interno, ser redigido em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada.

**Parágrafo Primeiro.** A UCCI não conhecerá de denúncia que não observe os requisitos e formalidades prescritos no *caput* deste artigo, devendo o respectivo processo ser arquivado após comunicação ao denunciante.

**Parágrafo Segundo.** A UCCI terá o prazo de 30 dias para responder, dando ciência do andamento ou conclusão.

**Art. 20.** No resguardo dos direitos e garantias individuais, a Unidade Central de Controle Interno dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria.

**§ 1º** Salvo expressa manifestação em contrário, o processo de denúncia tornar-se-á público após a decisão definitiva sobre a matéria.

**§ 2º** O denunciante não se sujeitará a nenhuma sanção administrativa, cível ou penal em decorrência da denúncia, salvo em caso de comprovada má-fé.

### **CAPÍTULO IV Das Disposições Gerais**

**Art. 21.** O Sistema Municipal de Controle Interno do Município prestará apoio aos órgãos de controle externo, no exercício de suas funções institucionais.

**Parágrafo único.** O apoio ao controle externo, sem prejuízo do disposto em legislação específica, consiste no fornecimento das informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Município.

**Art. 22.** Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos mediante aplicação da Lei Municipal que rege a UCCI, ou mediante deliberação do Prefeito a quem a UCCI se subordina.

**Art. 23.** Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.



## *Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado*

*Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996*

*AV. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000*

*Fone: 3643 -1014*

*CNPJ:04.216.132/0001-06*

---

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO-RS, 07 DE DEZEMBRO DE 2016.**

**FABIO MAYER BARASUOL  
PREFEITO**

Registre-se ou Publique-se

Dionéia Cristina Froner  
Sec. de Adm., Planejamento e Fazenda

Zulmara Braun  
Coordenadora Interina do Sistema de Controle Interno